

Luz & sombra no túnel sertanejo

Instalado há oito anos, no coração da caatinga sertaneja, o CPATSA mostra que, se depender de tecnologia, já é possível conviver com a seca. E revela, também, porque nem só de chuva e de tecnologia pode sobreviver a esperança nordestina.

LEVY SOARES DE LIMA

Jornalista, assessor de Imprensa do CPATSA.

Todo ano chove no sertão nordestino. Uns anos mais, outros menos, numa média de 400 milímetros anuais, ou cerca de 700 bilhões de metros cúbicos, dos quais 90% são consumidos por evapotranspiração. Mas toda essa chuva é mal distribuída, concentrada praticamente em apenas três meses do ano. E mesmo dentro desse período, a irregularidade é bastante acentuada, com efeitos drásticos: num dia vem a enxurrada, a chuva forte em poucas horas, dificultando a infiltração da água nos solos rasos do Semi-Árido; depois, pára de chover por vários dias e o agricultor perde sua lavoura. É a chamada "seca verde", a eterna loteria na qual o sertanejo joga todo ano, pelo "vício" da necessidade. E quase sempre perde.

A caatinga, tantas vezes verde, rica e produtiva, tantas vezes seca, desolada, dá diferentes tonalidades à vida no sertão. Uma vida difícil, sofrida, desses mais de 20 milhões de sertanejos (zonas urbana e rural), não só pelas secas que assolam a região, mas também devido a fatores sócio-econômicos que determinam o estado de pobreza em que vive a maior parte da população nordestina.

Nesse drama secular, que a (quase) todos atinge, o sertanejo é antes de tudo caminhado e comunal: o pão e a fome repartidos na terra do sol. O sertanejo também reparte sua esperança a todo custo, até o momento de retirar, largar seu chão,

muitas vezes sua família, e pôr o pé na estrada, sem saber se vai voltar.

Viver neste sertão não é fácil. Entendê-lo, muito menos — tarefa pra muitas vidas. E muitas pesquisas também. É o que vem fazendo o Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido (CPATSA), que no dia 18 de junho completou oito anos de atividades. Através de seus três programas de pesquisa*, o Centro vem abordando sob uma ótica interdisciplinar, sistêmica, os problemas e potencialidades do Semi-Árido, culminando em informações, métodos e tecnologias que podem contribuir para transformar a realidade sertaneja e arrancar sua população rural do atual estado de pobreza e dependência.

Exemplos concretos — A comprovação dessa possibilidade já não está apenas nos campos experimentais. Em pequenas e médias propriedades espalhadas pelos sertões nordestinos, em oito estados, tecnologias desenvolvidas pelo CPATSA e por outros órgãos de pesquisa que atuam na região têm sido testadas com sucesso. Mesmo nos anos mais críticos de seca, neste início de década, foi possível produzir não só alimentos (feijão, milho, sorgo) como forragem para os rebanhos e garantir água potável para as famílias.

Um exemplo atual é a Fazenda Taboleiro, em Ouricuri, sertão de Pernambuco. Ali, José Caetano, um agricultor de 46 anos de idade, está obtendo neste ano sua melhor safra de milho e feijão desde 1959,

quando se instalou na propriedade. Em áreas distintas — uma com barreiro para "irrigações de salvação" e outra com o sistema de captação de água de chuva "in situ" (no local do plantio) — ele colheu um total de 35 sacos de feijão-de-corda, ou 2.100 kg, suficientes para alimentar sua família de 12 pessoas e proporcionar excedente. Além disso, na área com irrigação de salvação ainda foi possível um segundo plantio, que deve resultar em mais de 800 kg de feijão aproximadamente. Nessas mesmas áreas está garantida a safra de milho, com cerca de 1.200 kg prestes a serem colhidos. A propriedade dispõe, hoje, de forragem para os animais, com a implantação de pastagem de capim buffel, palma forrageira e sorgo.

Existem exemplos anteriores com igual êxito: em Petrolina, PE, Felipe Santiago, um sexagenário da Fazenda Alto do Angico — "dada por um amigo" — também está garantindo o sustento de sua família de nove pessoas, utilizando, desde 1983, os mesmos sistemas de manejo de solo e água da Fazenda Taboleiro.

Nas duas propriedades foram construídas cisternas rurais que asseguram o armazenamento de água de boa qualidade, evitando o drama da sede na época seca e a grande quantidade de trabalho dispendido principalmente pelas mulheres, para buscar água em locais distantes.

Preço não compensa — José Caetano e Felipe Santiago (Tiago, como é conhecido) estão contentes com o resultado das colheitas. E contam para os vizinhos as vantagens das novas tecnologias. Mas não escondem sua preocupação com outros problemas que a técnica não resolve, como o da comercialização: "assim não dá, não há técnica que dê jeito", diz José Caetano. E com razão: em março deste ano ele comprou feijão por Cr\$ 120 mil a saca de 60 kg para poder plantar — "e não era semente de boa qualidade, não;

(*) Programa de Avaliação de Recursos Naturais e Sócio-Econômicos do Trópico Semi-Árido (TSA). Programa de Aproveitamento de Recursos Naturais e Sócio-Econômicos do TSA. Programa Sistemas de Produção para o TSA.



Depois de feijão, Tiago colhe a safra de milho. . .



. . . garantida com "irrigações de salvação"



FOTOS: LEVY SOARES

O secretário de Agricultura de Pernambuco, Airson Lócio, viu o exemplo e ouviu as queixas de José Caetano.

era vendida na feira para consumo", esclarece. "Agora, para vender, o preço mínimo não compensa", resente-se o agricultor (em junho eram exatos Cr\$ 21.292,20 para feijão-de-corda ou macassar), e não é preciso muito cálculo para ver que ele teve de produzir seis sacos para pagar apenas um que plantou, sem contar a depreciação do dinheiro em quatro meses.

Mas nem sempre esses problemas de comercialização advêm apenas do jogo do mercado. Há outros mais sutis, embora de conseqüências ainda piores: em 1982 foi aberto um posto de compra na cooperativa de Ouricuri, cujo preço de garantia era de Cr\$ 4 mil para a saca de 60 kg (feijão-de-corda) enquanto os atravessadores pagavam Cr\$ 2 mil e 800 a saca, na fazenda. Os agricultores levaram o produto à cooperativa, mas não puderam comercializá-lo por problemas burocráticos (exigia-se apresentação de CPF, carteira de identidade e outros documentos). Foi a vez dos intermediários lucrarem mais: compraram à vista aos agricultores, por apenas Cr\$ 2 mil e 500, menos do que estavam pagando na fazenda, com a vantagem de terem a mercadoria concentrada num só ponto, sem custos de transporte, pois revenderam à própria cooperativa. Exemplo idêntico ocorreu no nordeste da Bahia e possivelmente em outras regiões sertanejas (1).

Não podem pagar — As deficiências do sistema de comercialização (armazenamento, transporte e sistema de compradores) são apenas algumas pontas de um iceberg no mar de problemas sertanejos. Renival Alves de Souza, chefe do CPATSA, e Angel Gabriel Vivallo, especialista em economia agrícola, co-autores de trabalho sobre crédito agrícola na região de Ouricuri, PE (2), apontam outras dificuldades:

"O conjunto de pesquisas do CPATSA em pequenas propriedades do Semi-Árido tem revelado um complexo de problemas que limitam o desenvolvimento das po-

"Das 32 propriedades estudadas em Ouricuri, nenhuma apresentava condições de pagar suas dívidas. Mas no total mantinham 328 pessoas empregadas".

tencialidades desta região, entre eles a falta de planificação rural, irregularidades nos preços, estrutura fundiária, falta de organização sólida e respeitável dos pequenos e médios agricultores e outros problemas ligados ao modelo de desenvolvimento econômico e social, que impedem maior participação dos agricultores aos níveis de progresso e bem-estar das regiões desenvolvidas do Brasil (saúde, educação, lazer...).

Dentro desse conjunto, o crédito agrícola é um dos exemplos mais significativos para análise da situação, como revela o estudo realizado em Ouricuri. A pesquisa foi feita numa amostra de 32 fazendas, representativas das condições sócio-econômicas e agroecológicas das propriedades atendidas pelo Projeto Sertanejo na região. Através de um acompanhamento diário, durante 365 dias, procurou-se saber quais dessas propriedades poderiam gerar uma taxa de rendimento econômico e financeiro superior aos juros cobrados pelo Projeto em 1982 (12% investimento, e 35% custeio, ambos sem correção monetária), e que propriedades gerariam um saldo financeiro para reproduzir a força de trabalho do agricultor e de sua família, reproduzir a fazenda e gerar um saldo para pagar as dívidas.

Um resultado desastroso: das 32 pequenas e médias propriedades estudadas, passíveis de soluções agrícolas para os seus problemas, apenas quatro teriam condições de pagar os investimentos com juros reais do mercado. Do total, seis propriedades tinham taxa interna de retorno negativa, sendo importante destacar que o cálculo não incluiu, nos custos totais, os valores referentes à depreciação, mão-de-obra e consumo familiar, demonstrando a gravidade da situação econômica dessas propriedades, pois não são capazes de reproduzir nem seu capital, nem a força de trabalho dispendidos na produção.

Acrescentando-se aos custos totais a depreciação e o consumo familiar, que no caso representou o próprio pagamento da mão-de-obra familiar, nenhuma propriedade apresentou condições de pagar juros reais. Trinta e uma apresentaram taxa interna de retorno negativa e apenas uma saiu do vermelho, com taxa de rentabilidade positiva baixa.

Apesar de tudo, essas 32 propriedades operavam um verdadeiro milagre de sobrevivência: nelas trabalhavam, de forma permanente, 328 pessoas, incluídos 54 menores que quinze anos e 115 mulheres, isto é, 10 trabalhadores por propriedade (3), média de emprego que causaria inveja (ou dor-de-cabeça) a qualquer empresário urbano que recebesse tratamento igual ao dispensado a esses pequenos agricultores.

Distorções do crédito — O fato dessas propriedades não terem capacidade de pagar seus empréstimos não refletem uma incapacidade pessoal dos agricultores. Na verdade, está mais relacionado a aspectos técnicos do próprio crédito (oportunidade, quantidades, constância e adequação), considerados "relevantes para que o crédito seja realmente um instrumento de apoio ao desenvolvimento". Mas no caso das propriedades estudadas, significativo para uma projeção das conseqüências numa escala regional, o crédito não desempenhou este papel, como explicam os pesquisadores:

"Com relação ao aspecto oportunidade, o que se constatou foi a não liberação do crédito em tempo hábil para a realização das atividades, acontecendo muitos casos de agricultores não reali-



Captação "in situ": tecnologia eficiente, mas não suficiente.

"Aos agricultores. cabe apenas conhecer os seus números nos dossiês onde estão cadastrados"

zarem práticas importantes, como a capina, ou as realizarem mal, única e exclusivamente por não terem recebido a parcela destinada a essa operação, o que compromete de maneira decisiva o rendimento das culturas e o resultado econômico do empreendimento".

"Outro problema sério provocado pelo atraso do crédito agrícola", acrescenta, "está relacionado com o crédito de investimento: é a insuficiência da quantidade recebida pelo agricultor para efetivação do projeto proposto para sua propriedade, por exemplo: o agricultor ao receber empréstimo para construir uma casa, um estábulo e/ou uma cerca, vê-se obrigado a lançar mão do seu capital de operação (bovinos, caprinos, ovinos, máquinas etc) para cobrir o restante dos custos do investimento projetado. Isto porque o volume de investimento é definido com antecedência, ficando o agricultor obrigado a efetuar a obra com as dimensões pré-estabelecidas, mesmo sem haver uma correção nos valores na época da liberação do crédito. Em alguns casos, para concluir as obras de investimento, o agricultor utiliza parcelas do custeio agrícola, que tem juros mais altos (35% em vez de 12% do crédito de investimento sem correção), além de ser obrigatório seu pagamento logo após a colheita da cultura a que foi destinado.

Não participa — Quanto à constância do crédito, constatou-se o não planejamento dos investimentos feitos nas propriedades, visto que esses investimentos não se baseiam num projeto de desenvolvimento global da propriedade, e sim numa tentativa de aumentar a produção, principalmente pecuária, fazendo com que o crédito não seja planejado para mais de um ano. Exemplo: ao financiar animais de raça para as propriedades, não são feitos cálculos para mantê-los, sendo os agricultores obrigados a arcar com estes custos até obter alguma produção daquele investimento.

Na análise da adequação do crédito, observam os pesquisadores, "há uma completa falta de participação do agricultor na definição dos investimentos a serem feitos na propriedade. Isto fica patente quando, por exemplo, faz-se um projeto de construção de uma casa; o projeto de



FOTO ADRIANA MATTOSO

Firmo Lima vendeu a propriedade para pagar ao banco e agora só possui uma vaca.

casa do agricultor não é levado em conta; ele recebe apenas as informações de como vai ser feita a casa, não havendo, portanto, uma discussão a fundo e detalhada do projeto com o agricultor".

Assim foi o caso de Firmo José de Lima, ex-proprietário da Fazenda Passagem, em Ouricuri. Ano passado ele foi obrigado a vender sua propriedade, onde vivia desde 1960, para pagar ao banco o financiamento de uma casa planejada pelo Projeto Sertanejo, uma casa que não combinava com suas pretensões e ia além das necessidades da família e da capacidade de pagamento da propriedade. Hoje, seu único capital é uma vaca, e ele vive como "morador" numa propriedade alheia, ao lado da mulher e dois filhos adotivos.



Agricultores: um número nos dossiês

"Há também falta de informação precisa, por parte do agricultor, sobre como funciona o crédito, no que diz respeito aos serviços do crédito pagos por ele, às taxas de juro, aos prazos e prestações. Aos agricultores, cabe apenas o conhecimento dos seus números nos dossiês onde estão cadastrados os dados de suas propriedades", revela o documento.

"Os juros do crédito não podem ser o coveiro da pequena e média empresa agrícola"

Coveiro dos pequenos — Renival Alves e Gabriel Vivallo entendem que "historicamente, os créditos do Nordeste provisionam o sul do País. As colocações de créditos subsidiados no Nordeste se realizam preferencialmente no litoral ou perto dos grandes centros e não favorecem os pequenos agricultores. E como os créditos agrícolas subsidiados não são seletivos, isto é, favorecem a quem precisa e a quem não precisa, em lugar de financiarem a pequena agricultura, financiam a indústria e outras atividades (por exemplo, o "caso da mandioca", em Pernambuco)."

Eles argumentam ainda ser importante definir o que subsidiar, "se o crédito ou outras atividades, ou componentes econômicos como insumos, investimentos tecnológicos, pesquisa, preços, mercados. Outro aspecto a definir numa política de subsídios aos juros do crédito agrícola reside em determinar, com precisão, em que época subsidiar ou durante quanto tempo, para poder programar com segurança os empreendimentos". Afinal, concluem, "os juros do crédito não podem ser um elemento para fabricar empresários ineficientes, tampouco podem ser o coveiro da pequena e média empresa agrícola".

Secular novidade — Coveiro ou não, o crédito, na verdade, tem sido algo inacessível à quase totalidade dos camponeses nordestinos, particularmente os sertanejos. Para estes, em vez de crédito, tem-se com mais facilidade e freqüência a "emergência", a ponto de se imaginar que a seca é sempre uma surpresa. De fato, é uma "novidade secular", porque se sabe

Em cinco anos, gastou-se mais na emergência do que em seis programas especiais do Nordeste desde 1971

que o fenômeno é mais comum que os anos considerados bons de inverno no sertão (os estudos indicam que de cada dez anos, apenas dois têm chuvas regulares). Tal constatação bastaria para justificar um alto investimento na região, aliado a outras medidas, capazes de dotar as propriedades de uma infra-estrutura de resistência à seca e oferecer condições suficientes para o sertanejo, o "forte" de Euclides da Cunha, ser realmente forte e não apenas mais um dos milhões de flagelados atendidos pelos programas de emergência (em fevereiro de 1984, eram cerca de 2,7 milhões).

Mas os números indicam uma tendência diferente, o emergencial sobrepondo-se às soluções efetivas: em seis principais programas especiais em execução no Nordeste (POLONORDESTE, PROJETO SERTANEJO, PROHIDRO, PROGRAMA DE IRRIGAÇÃO, PROCANOR E PROGRAMA DE AGROINDÚSTRIA), foram aplicados, no período 1971-83, cerca de Cr\$ 1,5 trilhão, a preços de 1983, soma inferior ao que se gastou no

programa de emergência, de 1979 a 1983: nada menos que Cr\$ 2 trilhões, sendo Cr\$ 1,75 trilhão sob forma não-reembolsável e o restante sob forma de crédito especial (4).

O Projeto Sertanejo é bastante representativo desse tratamento aos programas ditos especiais: a partir de 1980 vem sofrendo um verdadeiro esvaziamento financeiro, espelhado na drástica redução dos números de projetos contratados, devido principalmente à falta de disponibilidade de recursos para empréstimo aos agricultores, em particular para custeio agrícola. Numa amostragem realizada em dez núcleos do Projeto, em nove estados, pode-se constatar o declínio (ver quadro). Tanto no caso de investimento como no de custeio, o valor absoluto financiado em 1983 nesses núcleos, foi inferior ao volume contratado em 1981. Considerando a depreciação

do cruzeiro em relação ao dólar — período 1978-83 —, constata-se o quanto é grave a situação (Figuras 1 e 2).

Atualmente estão desativadas as frentes de trabalho nos sertões do Nordeste. Aparentemente, com as chuvas, está voltando o tempo das vacas gordas. Mas só aparentemente. Nem todos tiveram, sequer, sementes para plantar, por falta desse insumo no mercado ou por falta de dinheiro para adquiri-lo. Outra vez o sertanejo fica sem estrutura mínima para aproveitar os benefícios da Natureza, que neste ano propiciou chuvas mais abundantes e regulares na região. O que, em suma, vem confirmar as palavras do agricultor Manoel Jerônimo, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iguaraci, Pernambuco, durante o I Simpósio Brasileiro do Trópico Semi-Árido, em 1982: "culpar a Natureza pela miséria do Semi-Árido é um crime contra a própria Natureza e contra Deus". É, sobretudo, um crime contra o próprio sertanejo.

Fontes consultadas:

- 1) VIVALLO PINARE A. G. & WILLIAMS FUENTES, C. O. **Pequenos Agricultores I.** Métodos de pesquisa em sistemas sócio econômicos. Petrolina, PE, EMBRAPA-CPATSA/SUDENE, 1984. 213 p. il (EMBRAPA-CPATSA. Documentos, 24).
- 2) SOUZA, R.A.; VIVALLO PINARE, A.G., WILLIAMS FUENTES, C.O. & FINSHI, R.P. **Algumas considerações sobre crédito:** o caso de Ouricuri. Petrolina, PE, EMBRAPA-CPATSA, 1984. n.p.
- 3) VIVALLO PINARE, A. G. coord. **Elementos descritivos da força de trabalho nas pequenas propriedades do Sertão.** s.n.t. 22p. il. Trabalho apresentado do I Simpósio Brasileiro do Trópico Semi-Árido, Olinda, PE, 1982
- 4) COMISSÃO INTERMINISTERIAL DO PROJETO NORDESTE. **Projeto Nordeste; novos rumos para o desenvolvimento regional.** Brasília, s.ed, 1984. 73p.

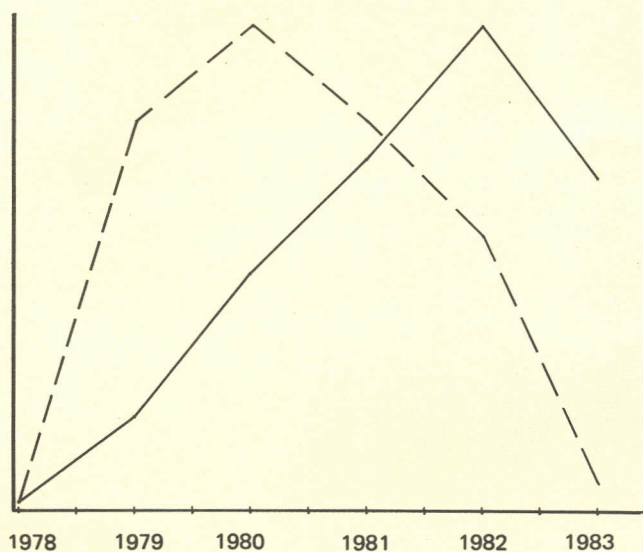
Quantidade de projetos e volume de financiamentos por ano, em dez núcleos do Projeto Sertanejo, de 1978 a 1983

	1978	1979	1980	1981	1982	1983
PROJETOS ELABORADOS	96	431	1.096	1.006	805	492
PROJETOS CONTRATADOS	50	456 ^{**}	732	693	554	260
INVESTIMENTO (CR\$)	19.284.143	259.332.765	658.052.575	956.279.910	1.323.437.110	898.735.340
CUSTEIO (CR\$)	314.000	26.091.876	155.367.726	530.246.340	295.656.988	285.465.055
Preço do dólar em Cr\$ (junho de cada ano computado)	18,41	26,11	53,88	96,88	182,71	611,92

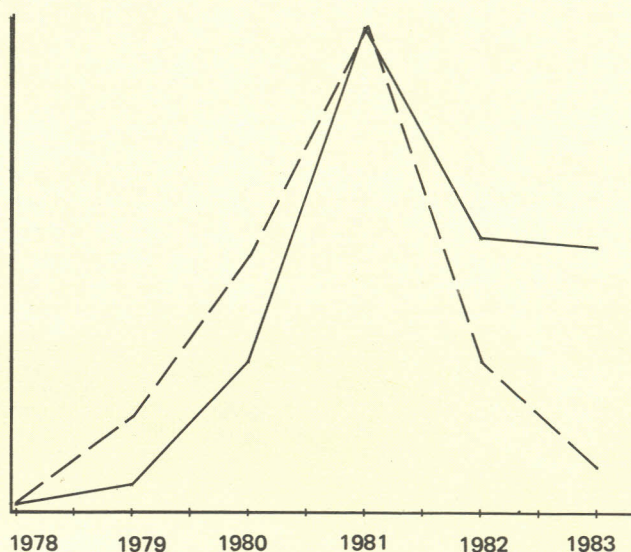
^{**} Inclui projetos elaborados no ano anterior.

Fonte: dez núcleos do Projeto Sertanejo.

em cruzeiros —————
em dólares - - - - -



Evolução do crédito de investimento em dez núcleos do Projeto Sertanejo, de 1978 a 1983.



Evolução do crédito de custeio em dez núcleos do Projeto Sertanejo, de 1978 a 1983.